

**NOTA DE ADMISSIBILIDADE**

[Para efeitos de despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do Regimento]

<b>Forma da iniciativa:</b>	<b>Projeto de Lei</b>
<b>Nº da iniciativa/LEG/sessão:</b>	<a href="#">914/XV/2.ª (CH)</a>
<b>Proponente/s:</b>	Deputados do Chega (CH)
<b>Título:</b>	Atualiza o valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida para 900
<b>A iniciativa pode envolver, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento do Estado (n.º 3 do artigo 167.º da Constituição e n.º 2 do artigo 120.º do Regimento)?</b>	Embora a iniciativa seja suscetível de envolver um aumento das despesas previstas no Orçamento do Estado, o proponente parece acautelar a presente situação com o disposto no artigo 3.º, prevendo a entrada em vigor da iniciativa «no dia 1 de janeiro de 2024», data que previsivelmente coincidirá com o início de vigência do Orçamento do Estado para 2024.
<b>A iniciativa respeita o limite de não renovação na mesma sessão legislativa, (n.º 4 do artigo 167.º da Constituição e n.º 3 do artigo 120.º do Regimento)?</b>	SIM
<b>O proponente junta ficha de avaliação prévia de impacto de género (deliberação CL e Lei n.º 4/2018, de 9 de fevereiro)?</b>	SIM
<b>Justifica-se a audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas (art. 142.º do Regimento, para efeitos do n.º 2 do art. 229.º da Constituição)?</b>	Não parece justificar-se
<b>A iniciativa encontra-se agendada pela CL ou tem pedido de arrastamento?</b>	Sim. O autor da iniciativa solicita o seu agendamento para discussão na reunião plenária de dia 13 de outubro de 2023, por arrastamento com o Projeto de Resolução n.º 882/XV/2ª (PCP) - «Aumento do salário mínimo nacional».
<b>Comissão competente em razão da matéria e eventuais conexões:</b>	<b>Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (10.ª)</b> Com eventual conexão com a Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação (6.ª)
<b>Conclusão:</b> A apresentação desta iniciativa parece <b>cumprir</b> os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	

A assessora parlamentar,  
Ana Lia Negrão

Assembleia da República, 25 de setembro de 2023